

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Dia da Consciência Negra marca início da campanha dos 16 Dias de Ativismo



Jailson Soares/SEMU-Maranhão

Vanessa Grazziotin e Terezinha Fernandes, Secretária de Estado da Mulher

Dezenas de lideranças políticas e comunitárias lotaram o auditório da Assembleia Legislativa em São Luís (MA), na manhã de 20 de novembro, dia que registra o lançamento da campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher no Brasil.

A Procuradora Especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM), falou sobre o papel do Parlamento para enfrentar a violência dirigida às mulheres e lembrou o trabalho exemplar da equipe do ex-deputado Flávio Dino (PCdoB).

“Falamos da corresponsabilidade entre os poderes em favor da eficiência da rede de atendimento à mulher. Legislativo, Executivo e Judiciário precisam atuar conjuntamente, e vemos que, no Maranhão, essa é a palavra de ordem do governo. Parabéns a todas as gestoras e mulheres que vieram de longe para abraçar e fortalecer essa luta”, afirmou a procuradora.

Vanessa disse, ainda, que a bancada feminina no Congresso está resistindo contra projetos que representam a perda de direitos das mulheres, como os aprovados na Reforma Trabalhista, os que poderão vir a ser aprovados na Reforma da Previdência e, ainda, a PEC 181/16, que impede a interrupção da gravidez nos casos já

Amiga da Mulher”, composta pelas secretarias de Saúde, de Segurança e de Assistência Social, e conta com apoio de toda a estrutura do Governo de Todos Nós.

Casa da Mulher Brasileira

Os eventos aconteceram de forma simultânea em diversos locais, entre eles, a Casa da Mulher Brasileira, em funcionamento desde o final de outubro e que já acolheu 36 mulheres na primeira quinzena de trabalho. De acordo com Laurinda Pinto, ex-secretária da Mulher, seis feminicídios foram registrados no estado no mês de novembro: “vamos atuar fortemente para que a rede funcione e esperamos a cada dia baixar esse número alarmante de situações de violação e perda de vida das mulheres”, alertou.

Após o evento na Assembleia Legislativa, a senadora Vanessa conheceu as instalações da Casa da Mulher Brasileira, ao lado de lideranças locais.

A campanha internacional reúne as seguintes datas: 25 de novembro, Dia de Luta

garantidos em lei.

Calendário

O calendário de atividades divulgado pela Secretária da Mulher, Terezinha Fernandes, contempla ações para fortalecimento da “Rede

pelo Fim da Violência Contra a Mulher; 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate à Aids; 3 de dezembro, Dia da Pessoa com Deficiência; 6 de dezembro, Dia do Laço Branco; e 10 de dezembro, Dia Mundial dos Direitos Humanos.

Público

Estavam presentes Lucia Helena Heluy, juíza titular da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Valéria Macedo (PDT), deputada estadual e procuradora da Mulher; Elisiane Gama (PPS), deputada federal; Damião Feliciano (PDT), deputado federal; Lígia Feliciano, vice-governadora da Paraíba; Viviane Azambuja, delegada do Feminicídio da SSP-MA; Francisca Primo, deputada estadual; Lucia Gato, presidenta do Conselho estadual da Mulher; Mary Ferreira, presidenta do Fórum Maranhense de Mulheres; Augusta Ribeiro, coordenadora da Patrulha Maria da Penha; Honorato Fernandes (PT), vereador; Duarte Júnior, titular do Procon; e, ainda, entidades sindicais e de movimentos sociais, como a União Brasileira de Mulheres (UBM) e a Central de Trabalhadores do Brasil (CTB).

Saiba mais: <http://www.al.ma.leg.br/pm/>



Jailson Soares/SEMU-Maranhão

Procuradora da Mulher e gestoras visitam a Casa da Mulher Brasileira

Homens parceiros, sentimentos verdadeiros

A educação é fator-chave para enfrentar a violência contra a mulher – A frase da senadora Regina Sousa (PT - PI) resumiu o debate promovido pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela seção brasileira do Fórum de Mulheres do Mercosul (FMM – DF), presidida por Mara Dal Negro, no dia 20 de novembro.

O plenário 13, do Senado, ficou lotado de lideranças para discutir o papel de homens parceiros para enfrentar o machismo com hábitos diários pelo fim da violência contra a mulher.

Olgamir Amancia, decana de Extensão da Universidade de Brasília, destacou a importância de o Brasil ter incorporado o Dia Nacional da Consciência Negra aos 16 Dias de Ativismo: “o racismo é determinante nas relações sociais e também na violência”, afirmou a professora. Segundo ela, o Projeto Escola Sem Partido, que tem ganhado espaço no Parlamento, ameaça a desconstrução dos estereótipos de gênero.

Lúcia Bessa, integrante do FMM – DF e da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento

Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, ressaltou a implantação, em Brasília, do sistema Viva Flor de segurança para as mulheres que estão em situação de violência e sob medidas protetivas de urgência, semelhante ao “Botão do Pânico”, adotado em outros estados.

Para Thiago Pierobom, promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a ação, combinada com a educação, com campanhas pela valorização das mulheres e com políticas de ação afirmativa para garantir a presença das mulheres em todos os espaços sociais, beneficiaria não só as mulheres, mas também os próprios homens: “os homens também são vítimas de uma masculinidade tóxica, alimentada pelos estereótipos de gênero, que associam a virilidade e a agressividade à

condição masculina”, afirmou.

A jornalista Ramíla Moura lembrou a música A Carne, interpretada por Elza Soares. Após cantar o verso “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, ela explicou a importância da atuação da ProMul e de outros órgãos do Senado.

Assista:

<http://bit.ly/2AKCEGE>

Veja mais fotos:

<https://flic.kr/s/aHsma1IEkr>



Roque de Sá/Agência Senado

Educação precisa enfrentar violência de gênero, apontou o debate

Parlamentares lançam campanha em Brasília



Cleia Vianal/Câmara dos Deputados

Deputada Gorete Pereira (PR – CE) discursa durante o evento

A Câmara dos Deputados promoveu o lançamento da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a mulher no auditório Nereu Ramos.

Na tarde do dia 21 de novembro, deputadas, órgãos governamentais e entidades dos movimentos sociais reuniram-se para divulgar o calendário de eventos, com o objetivo de provocar o debate e alertar a sociedade para a gravidade do problema da violência contra a mulher.

Apoiados pela ONU Mulheres, países como França, Portugal, Estados Unidos, México,

Cuba, Venezuela, México, Argentina e Uruguai promovem atividades para discutir formas de combater esse tipo de violência. No Brasil, a campanha acontece desde 2003.

Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil, abordou o tema da edição da campanha mundial em 2017: “Não deixar ninguém para trás: acabar com a violência contra mulheres e meninas”.

Os dados da ONU Mulheres mostram que, apesar de vários avanços, como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), e a tipificação do crime de feminicídio (Lei 13.104/15), o Brasil ainda ocupa o quinto lugar no número de assassinatos de mulheres no mundo.

A coordenadora-geral da bancada feminina da Câmara, deputada Soraya Santos (PMDB – RJ), chamou a atenção para a violência cometida contra meninas e adolescentes também na internet. Ela alertou

ainda para o aumento nos suicídios nessa faixa etária: “Nós precisamos tratar esse assunto: censura ou não na internet? Porque, na verdade, nós temos que promover a proteção dessas meninas que estão se matando”, defendeu.

A secretária de Políticas para Mulheres do Governo Federal, Fátima Pelaes, espera que a Câmara vote Projeto de Lei que cria o Fundo de Combate à Violência contra a Mulher (PLC 7371/14).

A sessão ficou marcada pelo depoimento de Bárbara Penna, de 23 anos, queimada pelo ex-namorado enquanto dormia, em Porto Alegre – RS. No incêndio, morreram os dois filhos do casal, um de dois anos e outro de três meses, além de um vizinho que tentou ajudar.

“Eu percebi que não podia me atormentar pelo que tinha acontecido comigo, porque normalmente é isso que o agressor quer, que a gente fique quieta e que não tenha voz para nada”, disse Bárbara.

Hoje, ela está à frente do instituto que criou para apoiar mulheres vítimas de violência. O caso de Bárbara foi mais um na lista de 229 tentativas de feminicídio registrados no Rio Grande do Sul no ano de 2013.

ProMul participa de encontro de vereadoras e prefeitas do Maranhão



IR Celestino

Deputada Valéria Macedo incentiva criação de procuradorias municipais

A coordenadora da Procuradoria da Mulher no Senado, Rita Polli, representou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM) no I Encontro de Prefeitas e Vereadoras, no dia 24 de novembro, em São Luís – MA, no auditório da Assembleia Legislativa.

O evento inédito foi organizado pela procuradora estadual da mulher, deputada Valéria Macedo (PDT), e discutiu a implantação de procuradorias municipais da mulher para reforçar a representação feminina e fazer com que as políticas públicas alcancem toda a sociedade.

“Estamos convocando as mulheres a discutir políticas. A Procuradoria da Mulher da Assembleia convidou vereadoras, prefeitas, gestoras públicas, órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo e ainda entidades dos movimentos sociais para atuar de forma conjunta em 2018”, afirmou.

O público apreciou a exibição do grupo de teatro Lamparina, com a peça *Flores e Lutas, Mulheres Guerreiras*, que representa as personagens Maria Bonita, Carmem Miranda, Chiquinha Gonzaga e Maria José Aragão.

Rita Polli falou sobre a estrutura da ProMul, do Senado, e deu exemplos de iniciativas e ações para implantação das Procuradorias da Mulher nas Câmaras Municipais. “As Procuradorias Especiais da Mulher fazem parte da rede de proteção à mulher. A comunidade precisa conhecer essa estrutura oferecida pelo Poder Legislativo para atuação conjunta com as prefeitas

e demais órgãos públicos. Parabéns às lideranças políticas maranhenses por incentivar e fortalecer mais esse instrumento de atuação em defesa dos direitos das mulheres”, reconheceu.

Presenças

Prestigiaram o encontro as deputadas estaduais Francisca Primo (PCdoB) e Ana do Gás (PCdoB); Terezinha Fernandes, secretária de estado da mulher; os deputados federais Werverton Rocha (PDT), Deoclides Macedo (PDT) e Damião Feliciano (PDT); Carlos Lupi, presidente nacional do PDT; Miguelina Vecchio, presidente da Ação da Mulher Trabalhista Nacional; Lígia Feliciano (PDT), vice-governadora da Paraíba; Maria da Luz Bandeira Bezerra Figueiredo, representando as prefeitas; Augusta Andrade, coronel; Maricélia Menezes, presidente da Câmara de Vereadores de Senador La Roque; Rose Flan Amarante (PCdoB), vereadora de Ribamar Fiquene; Ivaldo Rodrigues, secretário municipal de Agricultura; Thais Campos, presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM), assim como entidades dos movimentos sociais.

Oficina de Saúde da Mulher chega em Parintins



ASCOM/Câmara Municipal de Parintins

Vereadora Vanessa e Rita Polli em meio a lideranças locais

No dia 24 de novembro, a convite da Procuradora Especial da Mulher de Parintins – AM, vereadora Vanessa Gonçalves (PROS), a Procuradoria Especial da Mulher do Senado levou à comunidade parintinense a oficina “Saúde da Mulher: Autonomia no Corpo e na Vida”.

Distante cerca de 400 quilômetros da capital Manaus, e famosa pelo festival folclórico, Parintins acolheu a atividade para discutir direitos em Saúde da Mulher, no plenário Raimundo Almada da Câmara

Municipal. A iniciativa contou com o apoio de toda a bancada de vereadores, da Prefeitura Municipal e ainda dos meios locais de comunicação, como a Rádio Clube Parintins.

Foram feitas edições nos períodos da manhã e da tarde, com participação de 60 lideranças femininas. Estudantes de enfermagem, mulheres sindicalistas, gestoras e servidoras públicas, professoras, mulheres indígenas e profissionais liberais estiveram atentas e interessadas em conhecer as leis nacionais e os programas de governo para as mulheres.

A intenção da oficina foi discutir aspectos de prevenção, proteção e promoção da saúde, de acordo com a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Sistema Único de Saúde (SUS). Como prevenir doenças indicadas pelo Ministério da Saúde e seus impactos no cotidiano da vida das mulheres e ainda as garantias legais da saúde da mulher fazem parte do conteúdo.

“Destacamos ainda a visão de alteridade e consciência cidadã, abrangendo direitos

sexuais e direitos reprodutivos no âmbito do programa Rede Cegonha, com informações sobre leis federais e estaduais no campo dos direitos humanos e da proteção da mulher contra a violência doméstica no contexto da Lei Maria da Penha (nº 11.340/06)”, disse a jornalista e fisioterapeuta Rita Polli.

Ela levou às parintinenses palavras de saudação da Procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM), de reforço à parceria com a Procuradoria Municipal para que, em 2018, novos eventos sejam organizados.

A vereadora Vanessa disse que a atividade correspondeu às expectativas criadas em torno do projeto idealizado pela sua “xará”, senadora Vanessa. “A oficina proporcionou integração, formação e, principalmente, a valorização da figura feminina. É assim que gostamos de trabalhar, organizando ações que contemplem diretamente, incentivem e tenham impacto na emancipação e no fortalecimento da população parintinense”, afirmou a vereadora.

Um minuto pela LMP



Geraldo Magela / Agência Senado

Paulo Igor fala sobre o curta-metragem

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado, com apoio da ProMul, realizou o curso *Refletindo sobre a Lei Maria da Penha com Jovens Aprendizes* como parte dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.

O filme *Crespos* foi exibido na abertura como representante de Brasília no 28º Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo, em setembro.

A direção coube a Paulo Igor Freitas, a partir do roteiro de Grazielle Caetano. Estudantes de escola pública, ambos conversaram sobre a violência racial e de gênero, além de dar dicas para a produção dos vídeos de um minuto, programados como trabalho de conclusão do curso.

Poder feminino no Senado

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) realizou o curso *Empoderamento para Mulheres* como parte do calendário de atividades da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Entre os dias 20 e 24 de novembro, no período da manhã, as 25 participantes discutiram aspectos da valorização da mulher no trabalho e ainda debateram formas de enfrentar os assédios sexual e moral e o machismo nas relações cotidianas.

A facilitadora do curso, servidora Dalva Moura, disse que o respeito à igualdade nas relações entre mulheres e homens é determinante para a conquista de posições de liderança feminina.



Dalva Moura ministra aula no curso.

Fernanda Stumpf/Comunicação Interna

OMV e ProMul no Ceará



Gabinete da deputada Augusta Brito

Manuela D'Ávila, procuradora da Mulher, fala sobre a experiência gaúcha

No dia 27 de novembro, o Observatório da Mulher contra a Violência do Senado (OMV) participou do evento realizado pela Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Ceará para divulgar dados e indicadores de violência no Brasil.

Produzidos pelo Observatório da Mulher, a pesquisa do DataSenado de 2017 mostra o aumento do número de mulheres que sofreram violência perpetrada por ex-maridos, ex-companheiros e ex-namorado.

Estavam presentes Roberta Viegas, coordenadora do Observatório da Mulher; Manuela D'Ávila (PCdoB - RS), deputada estadual e procuradora Especial da Mulher da Assembleia Legislativa; Cristina Buarque, professora pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco; Daniel Lima, pesquisador; Zelma Madeira, professora da Universidade Estadual do Ceará e coordenadora Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial.

Vingança pornográfica pode se tornar crime

Aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, no dia 22 de novembro, o PLC 18/2017 – a “Lei Maria da Penha Virtual”, está pronto para votação no Plenário, esperando inclusão na Ordem do Dia.

Relatado pela senadora Gleisi Hoffmann (PT – PR), o projeto torna crime o registro ou divulgação não autorizada de cenas de intimidade sexual de uma pessoa, a chamada “Vingança Pornográfica”.

Em discurso no Plenário, a senadora Gleisi, autora do substitutivo aprovado, citou Rose Leonel, paranaense vítima de vingança pornográfica e que inspirou a apresentação da proposta pelo deputado João Arruda (PMDB – PR). De acordo com a senadora, muitas mulheres já se mataram depois da divulgação de fotos íntimas na internet.

“Esse projeto é fruto da luta de uma paranaense, mas é situação recorrente a milhares de mulheres em todo o Brasil. Quando termina o relacionamento, o agressor divulga fotos na rede para humilhar a mulher, tornando sua vida, e a de seus familiares, um inferno. Por isso, vamos lutar pela aprovação do projeto”, disse Gleisi.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senado ouve reivindicações de parteiras



Senadora Vanessa se comprometeu com a luta das parteiras tradicionais

Parteiras tradicionais de Pernambuco, do Amapá e de Goiás participaram da 48ª edição do projeto Pauta Feminina para discutir violências sensíveis e suas consequências no nascimento e no partejar.

O encontro na manhã do dia 28 de novembro fez parte da programação dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher e foi organizado pelas procuradorias especiais da Mulher do Senado e da Câmara dos Deputados.

A mediadora, deputada Janete Capiberibe (PSB – AP), lamentou o desmonte, em

seu estado, de uma política pública voltada para as parteiras tradicionais, baseada na capacitação, registro e remuneração das mulheres que prestam gratuitamente um trabalho em que, segundo ela, “nem o estado e muito menos a iniciativa privada chegam”.

Para Sandra de Souza Maciel, socióloga, parteira aprendiz e coordenadora Nacional do Movimento Curador, que investe na formação de novas parteiras, há três pontos fundamentais a serem tratados com seriedade: retratação pública, com indenização para parteiras maiores de 60 anos; remuneração para o parto domiciliar realizado por parteiras, a partir das notificações; reunião da documentação já existente sobre as parteiras tradicionais, nascida de iniciativas acadêmicas; e adoção de uma abordagem “holística” para “um novo rural”.

“O trabalho das parteiras, com o saber

sobre as ervas, tem a ver com temas como permacultura, agrofloresta, agronegócio, pois ervas tradicionais, conhecidas por seus poderes medicinais são descartadas como mato”, disse Sandra.

Reconhecimento

Procuradora Especial da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM), disse que as parteiras têm “um conhecimento empírico e científico ao mesmo tempo”. A senadora fez um paralelo entre a luta das parteiras e a luta pelo reconhecimento dos soldados da borracha.

“O Norte e o Nordeste têm uma história muito bonita. Morreram mais brasileiros na Amazônia brasileira, nesse esforço de produzir a borracha para a guerra, do que no front. Depois de muita luta, conseguimos aprovar uma emenda constitucional para repará-los e eu me comprometo, aqui, junto com a deputada Janete, a ser uma guerreira pelo reconhecimento do valor do trabalho das parteiras” - disse a senadora.

Veja fotos: <https://flic.kr/s/aHsm6WnERd>

Debate aborda violência sexual contra mulheres com deficiência

A última edição de 2017 do projeto Pauta Feminina aconteceu no dia 7 de dezembro e reuniu especialistas que trouxeram dados sobre denúncias feitas pelo público feminino com deficiência física e intelectual.

O tema escolhido uniu preocupações da 11ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado, iniciada em 3 de dezembro, às questões da campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.

Mediado pela deputada Rosinha da Adefal (Avante – AL), o encontro foi aberto pela enfermeira goiana e ativista Onã Silva, conhecida como “poetisa do cuidar”, que declamou cordel inédito sobre a superação de situações de violência, para aplauso do varado e atento público.

Rosinha disse que a falta de acessibilidade é um dos maiores problemas na denúncia de crimes contra a pessoa com deficiência, em razão de uma prestação de serviços ineficiente por parte do Estado.

Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), Roberta Vie-

gas lembrou que o OVM foi criado para suprir a lacuna na produção de dados e indicadores sobre a violência contra as mulheres.

Marcos Ruben, coordenador-geral da Secretaria de Transparência, apresentou dados baseados em pesquisa do DataSenado sobre violência. Os perfis de mulheres respondentes que já sofreram algum tipo de violência doméstica cometida por um homem são comparados aos das que não sofreram.

Fátima Marinho, diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde (DANTPS) do Ministério da Saúde, exibiu dados sobre notificações de violências interpessoais com foco em pessoas com deficiência e com recorte de gênero.

Glauca Cristina da Silva, delegada da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou

contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (Decrin), disse que “a própria delegacia é discriminada. “Chamam-na de Delecumba, de Deleagay”, afirmou.

Carolina Angélica Gomes, coordenadora-geral do Sistema de Informações da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos, disse que os gestores precisam investir em dados com recortes de gênero, raça e deficiências.

Assista: <http://bit.ly/2yOc9m6>



Deputada Rosinha conduz a mesa da Pauta Feminina

Pesquisa revela violência doméstica contra gestantes



Léo Rizzo/SPM

Maria da Penha, Ana Costa (Avon) e Nadine Gasman assistem à apresentação do trabalho

Com a presença da farmacêutica **Maria da Penha Maia Fernandes**, inspiradora da lei que leva seu nome, a **ONU Mulheres** lançou, em sua sede em Brasília, o relatório “**violência doméstica, violência na gravidez e transmissão entre gerações**”.

Na reunião em formato de entrevista coletiva, no dia 23 de novembro, foi divulgado estudo que faz ligação da violência doméstica no Nordeste brasileiro, com foco entre gerações, vulnerabilidades raciais e socioeconômicas e sua incidência sobre a saúde, direitos

sexuais e reprodutivos das Mulheres. De acordo com o relatório, 24% das mulheres negras vivenciaram a ocorrência de violência doméstica contra suas mães, enquanto a mesma situação foi vivida por 19% das mulheres brancas.

De acordo com a pesquisa, uma em cada cinco mulheres teve contato com algum tipo de violência doméstica na infância ou na adolescência. 23% afirmaram ter lembranças da mãe sendo agredida e 13% sabem que a mãe do parceiro também so-

freu algum tipo de agressão. Dessas, 88% presenciaram as agressões físicas sofridas pela mãe.

A pesquisa inédita foi feita pela Universidade Federal do Ceará e pelo Instituto Maria da Penha e financiada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e apoiada pelo Instituto Avon.

O estudo quantifica agressões físicas durante parte ou toda a gestação (6% no uni-

verso de 10 mil mulheres), das quais 77% são negras. De acordo com o relatório, 24% das mulheres negras vivenciaram a ocorrência de violência doméstica contra suas mães, enquanto a mesma situação foi vivida por 19% das mulheres brancas.

De acordo com a pesquisa, uma em cada cinco mulheres teve contato com algum tipo de violência doméstica na infância ou na adolescência. 23% afirmaram ter lembranças da mãe sendo agredida e 13% sabem que a mãe do parceiro também so-

freu algum tipo de agressão. Dessas, 88% presenciaram as agressões físicas sofridas pela mãe.

O peso da violência doméstica também é maior quando há divisão entre brancas e negras. Uma em cada quatro entrevistadas negras afirmou se lembrar de episódios de violência contra sua mãe. Já entre as entrevistadas brancas, o número é menor quando uma a cada cinco afirmou ter presenciado algo. “O Instituto Maria da Penha (IMP) sentia a falta destes dados estatísticos, feitos com independência e imparcialidade, para respaldar o nosso discurso”, disse Maria da Penha. “A pesquisa capta a complexidade da violência de gênero com recorte racial e geracional, que demanda respostas multissetoriais, como estabelece a Lei Maria da Penha”, disse Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil. Ela destacou o tema adotado pelas Nações Unidas durante a campanha dos 16 Dias de Ativismo: “Não deixar ninguém para trás: acabar com a violência de mulheres e meninas”, em referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Leia o relatório:

<http://www.institutomariadapenha.org.br>

Parlamentares homenageiam contra-almirante



Waldemir Barreto / Agência Senado

Lídice da Mata, Paulo Paim, contra-almirante Dalva Mendes e Vanessa Grazziotin

Primera mulher a atingir o posto máximo de comando na Marinha brasileira, a contra-almirante e médica **Dalva Mendes** foi homenageada durante o discurso da procuradora especial da mulher, **Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM)**, na sessão do dia 6 de dezembro.

Vanessa comemorou a aprovação, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do PLC 147/2017, que libera o acesso das mulheres a todos os cargos de oficiais da Marinha.

O projeto estabelece que mulheres po-

derão integrar o corpo da Armada e o de Fuzileiros Navais. Essas funções são, atualmente, restritas a militares do sexo masculino.

Combatentes

“Vejam: em momentos de conflito, as mulheres são chamadas. Mas elas são chamadas a quê? A cuidar dos doentes, a cuidar dos feridos. E quem disse que a mulher só está reservado o

cargo ou a função de cuidadora? Quem disse que a mulher, igual ao homem, também não tem capacidade de atuar na defesa?”, questionou.

De acordo com a senadora, grande parte das Forças Armadas dos vários países do mundo recebe as mulheres e as treina para que também cumpram a tarefa de combatentes. “Até hoje tínhamos apenas o reconhecimento da importância do trabalho feminino no trabalho de cuidar de doentes”, afirmou.

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou

o pioneirismo da contra-almirante: “A informação que tenho é que desde 1808, quando chega a família imperial ao Brasil, é a primeira vez que uma mulher chega ao comando máximo, na pessoa da contra-almirante dra. Dalva”, registrou.

A oficial foi fotografada ao lado do senador Paim e das senadoras Vanessa e Lídice da Mata (PSB – BA).

Igualdade

A senadora Vanessa luta também pela aprovação, ainda este ano, do PLS 213/2015, que torna facultativa a possibilidade de as mulheres prestarem o serviço militar, sob relatoria do senador Jorge Viana (PT - AC) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

“A despeito do aumento significativo da presença feminina nas Forças Armadas, ainda não há a efetiva participação feminina em todos os cargos e funções existentes. Portanto, entendemos que essa possibilidade legal vai ao encontro de tornar mais efetivo o mandamento inscrito no art. 5º da Constituição Federal, que iguala homens e mulheres em direitos e obrigações”, afirma Vanessa.

CNMP e AGU assinam acordo; SPM lança Rede

Sergio Almeida / ASCOM CNMP



Participantes da mesa de abertura do seminário internacional

Aassinatura de um protocolo entre a Advocacia Geral da União (AGU) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para compartilhamento de dados do Cadastro Nacional de Violência Doméstica (CNVD), no dia 22 de novembro, foi um dos resultados do Seminário Internacional Brasil-União Europeia no Enfrentamento da Violência Doméstica, realizado na sede do Conselho, em Brasília.

Pelo acordo, o CNMP oferecerá à AGU informações dos bancos de dados

autor de crime de violência doméstica.

Firmado por Grace Mendonça (AGU) e Raquel Dodge, o acordo valerá pelo prazo de 30 meses, podendo ser prorrogado, caso se firme como uma “boa prática” no combate à violência doméstica, um dos focos do seminário que trouxe ao Brasil autoridades e pesquisadores da Itália, Lituânia e Portugal, componentes da delegação da União Europeia.

O evento contou com palestras de Maria da Penha Maia Fernandes e da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP). Nadine Gasman,

da ONU Mulheres e Fátima Pelaes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) falaram durante abertura.

Ícone da luta contra a violência doméstica, Maria da Penha disse: “Não foram poucas as vezes em que me perguntaram o que fiz para merecer o tiro que me deixou paraplégica”. Para a senadora Marta, “quando a sociedade assume a ofensa contra a mulher como uma ofensa a si própria, a coisa muda”.

Rede Brasil Mulher

No dia 6 de dezembro, a SPM lançou a Rede Brasil Mulher, que pretende integrar organizações da sociedade civil, órgãos do governo e empresas na implementação de soluções que protejam e beneficiem mulheres de todo o País.

A ação conjunta será realizada mediante termos de adesão e acordos de cooperação técnica para elaboração de ações em cinco eixos: saúde, educação, enfrentamento à violência, espaços de poder e decisão e autonomia econômica.

Dificuldade superada



Waldemir Barreto / Agência Senado

No dia 5 de dezembro, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) nº 42/2015. De iniciativa da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) e relatado pela senadora Ana Amélia (PP – RS), o texto derruba portaria do Ministério da Saúde que dificultava o exame de mamografia a partir dos 40 anos, garantido desde 2008.

As mamografias para rastreamento do câncer são financiadas pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (Faec), pelo qual o Governo Federal remunera diretamente cada procedimento realizado.

Em 2013, uma portaria da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde determinou que, para mulheres de 40 a 49 anos, as mamografias fossem financiadas até o limite destinado ao financiamento de procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC).

“Não há argumentação lógica cabível para justificar a existência de diferentes fontes de financiamento para um mesmo tipo de procedimento”, argumentou a senadora Ana Amélia, que frisou a importância da detecção e tratamento precoce do câncer.

Bailarinas em pernas de pau

No dia 28 de novembro, um grupo de bailarinas e musicistas em pernas de pau encheu os olhos, ouvidos e corações do público reunido no auditório Petrônio Portella do Senado.

A iniciativa da ProMul, da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica e da farmacêutica Roche foi complementar ao dia Internacional de Luta contra o Câncer.



Marcelo Favaretti / ProMul

Acompanhadas pela flautista Karina Neves, o grupo carioca de pernas de pau formado por Raquel Potí, Sofia Kern e Courtney Allen cativou o público pela desenvoltura acrobática e musical exibida nas coreografias, cantos e acompanhamentos musicais – com teclado de sopro, pandeiro e zabumba – de um repertório que foi de Pixinguinha a Villa-Lobos, passando pelo cancionário latino-americano.

Prestigiaram a apresentação o embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia, José Kinn; uma comissão de mulheres da Embaixada da China; servidoras e servidores da Casa; e fãs das bailarinas.



A Procuradoria Especial da Mulher do Senado encerra 2017 com um balanço positivo na missão de travar a luta pela igualdade plena e a abertura de caminhos para o efetivo empoderamento da mulher em todas as áreas da sociedade.

A compreensão da transversalidade e da necessária postura intersetorial dos debates sobre políticas públicas para as mulheres fez elevar a voz da metade feminina da população de forma a dar dimensão ampliada

às iniciativas e aspirações da bancada feminina do Congresso Nacional.

A parceria com órgãos internos, instituições públicas dos Poderes Executivo e Judiciário federal, estaduais e do Distrito Federal e dos municípios, a instalação de procuradorias nos estados, nas capitais e cidades do interior, assim como a

Parcerias com órgãos internos, instituições públicas e organismos internacionais ampliaram o alcance das ações da Procuradoria da Mulher durante 2017

interlocução com organismos internacionais, embaixadas e entidades dos movimentos sociais ampliou o alcance e as chances de efetivar ações pela conquista e consolidação de espaços de poder para as mulheres em todo o país.

Foram realizadas dez edições do projeto *Pauta Feminina*, que deu fala a dezenas

de representantes de entidades e usuárias dos serviços públicos de atendimento social, com discussões sobre empoderamento de mulheres e meninas; objetivos do Milênio; cinema e cultura; saúde e direitos sexuais e direitos reprodutivos; violências sensíveis e direitos humanos e violência, entre outros.

O jornal *Senado Mulher* circulou mensalmente nas versões digital e impressa, alcançando elevado número de leitores, assim como a página da ProMul na Internet e as mídias sociais *Facebook* e *Twitter*, curtidas por milhares de internautas.

Mas todo o trabalho ficou aquém da real expectativa de conquistas legislativas. Foram aprovadas apenas oito leis e duas resoluções, em meio a grande quantidade de projetos de lei referentes a mulheres em tramitação no Congresso Nacional e que poderiam ter sido analisados com mais celeridade.

Sendo assim, teremos espírito de luta e resistência no ano novo.

2018, nenhum direito a menos para as mulheres!

*Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM)
Procuradora Especial da Mulher*

Artigo

Senado como exemplo

Nos dias 29 e 30 de novembro, o Senado participou da 7ª edição do Fórum Mulheres em Destaque, que aconteceu em São Paulo. O evento é o maior encontro de líderes em busca da igualdade de gênero e conta com a cooperação da ONU Mulheres e do HeForShe.

O objetivo do encontro foi a troca de experiências entre organizações que adotam, implementam e estimulam o desenvolvimento de processos e programas voltados à equidade de gênero, além de discutir pesquisas, estudos e casos de sucesso.

Participamos do painel Sororidade – mulheres apoiam mulheres, no qual apresentei o Programa de Assistência a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade, que destina parte das vagas de contratos de terceirização da Casa a mulheres vítimas de violência doméstica.

Nós sabemos que uma mulher, quando

agredida, passa, naquele ambiente conturbado, como que uma “autorização” para que a filha viva, na sua vida futura, essa agressão, e o filho também entenda que essas agressões são aceitáveis.

Sabemos que não são aceitáveis e que um mundo melhor, um Brasil melhor, precisa de paz, entendimento e respeito. E essa iniciativa dá às mulheres empoderamento econômico fundamental para mudança de sua realidade.

O Programa de Assistência a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade destina parte das vagas de contratos de terceirização da Casa a mulheres vítimas de violência doméstica.

A ação é uma parceria com o governo do Distrito Federal, que indica essas mulheres.

Nascido aqui no Senado, o programa já é reproduzido em órgãos como o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Isso reforça a importância de outras instituições públicas estarem atentas ao tema, participando e adotando ações para a equidade de gênero. Nossa iniciativa já passou pela análise do Tribunal de Contas da União (TCU) e está de acordo com a legislação.

Num momento em que precisamos de boas práticas na política, o Senado faz sua parte com esse programa de cotas, tornando-se referência para outros órgãos.

Não se trata apenas de uma atitude sororitária em relação a mulheres no presente, mas também de solidariedade em relação à geração de amanhã.

*Ilana Trombka
Diretora-Geral*

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli Rebelo

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura

Textos e edição: Lunde Braghini, Ramíla Moura e Rita Rebelo

Equipe de apoio: Isis Marra e Paula Bento

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria